

V!RUS

Revista do Nomads.usp
Nomads.usp Journal
ISSN 2175- 974X

desenhando coexistencia | designing coexistence | sem 2-10

Como citar esse texto: NEGRELOS, E. P. São Paulo, zona leste: de território popular a campo de operação urbana. **V!RUS**, São Carlos, n.4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=3&item=Y&lang=pt>>. Acesso em: dd mm aa.

São Paulo, zona leste: de território popular a campo de operação urbana

Eulalia Portela Negrelos

Eulalia Portela Negrelos é arquiteta, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Especialista em Planejamento e Gestão Urbana. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP.

Em 2004, a Prefeitura de São Paulo elaborou três projetos sobre a Operação Urbana Rio Verde-Jacú, na Zona Leste do município, de forma articulada com a porção leste da Região Metropolitana de São Paulo, especialmente com Guarulhos, Santo André e Mauá.

Realizei uma investigação sobre Grandes Projetos Urbanos, apresentada como tese de doutorado (NEGRELOS, 2005), buscando compreender significados político-ideológicos de uma ação combinada de gestão e intervenção efetiva em uma sub-região municipal e metropolitana. O estudo baseou-se na observação de ações públicas – estatais e não estatais – promovidas em torno de um “novo” planejamento da região leste. A pesquisa apresentou significados da construção histórica da periferia paulistana – e metropolitana – através de um

projeto de consolidação do capital no município de São Paulo. Historicamente a cidade tem privilegiado outras regiões mais “bem sucedidas” do ponto de vista de investimento público (como a zona sudoeste, com as operações Faria Lima, Águas Espraiadas e Água Branca).

A elaboração de Grandes Projetos Urbanos para a Zona Leste do Município de São Paulo convergiu diferentes visões sobre o território. Por um lado, uma nova visão de futuro: a possibilidade de reverter o isolamento e o adensamento periférico com a construção de grandes conjuntos habitacionais de promoção estatal, ocupações de moradia precária em áreas ambientalmente frágeis, componentes de um modelo de extensão periférica fundamentado no lote com a casa própria e autoconstruída. Esse modelo foi empregado em todas as cidades metropolitanas brasileiras e que serve como aplicação às grandes cidades latino-americanas. No entanto, projetos propostos para essa região se devem muito menos ao combate da exclusão sócio-territorial e muito mais às possibilidades de acumulação de capital, ao melhorar o acesso entre os dois maiores equipamentos logísticos de transporte de carga do Brasil – o aeroporto internacional de Guarulhos e o porto e Santos. (Figura 1)

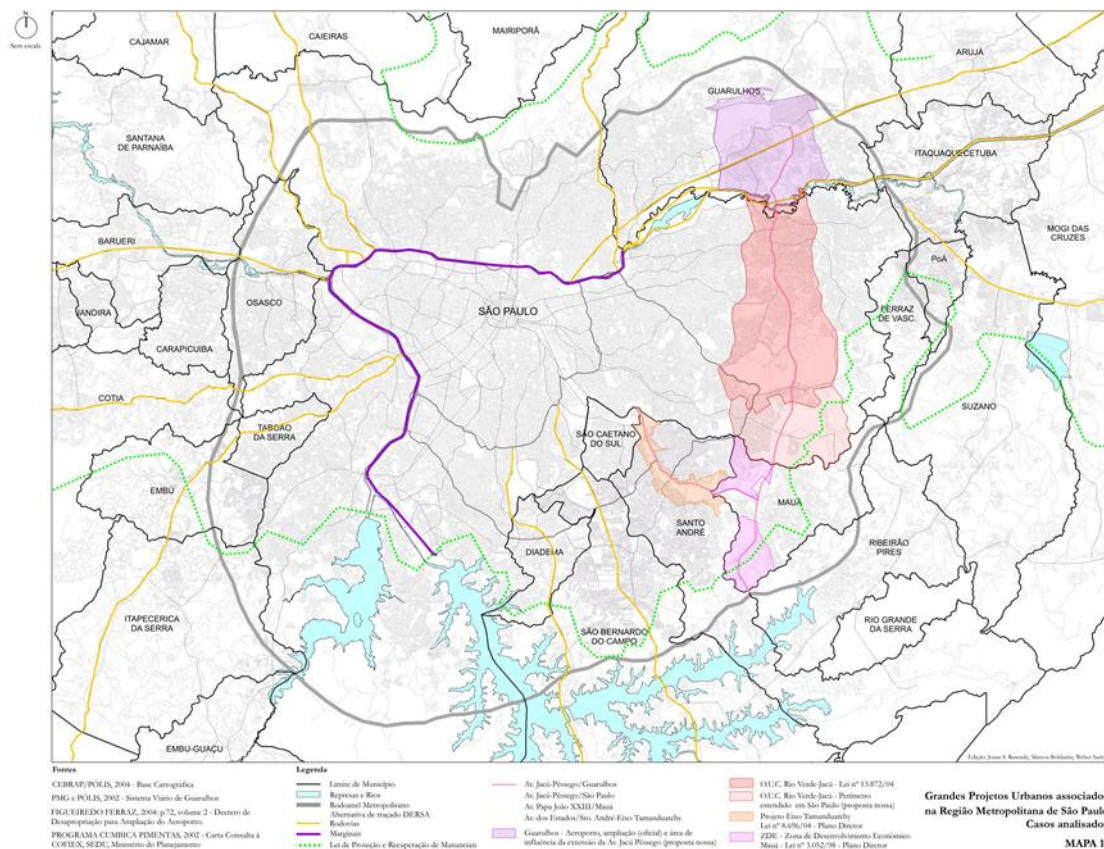


Figura 1: Grandes Projetos Urbanos associados na RMSP. Casos analisados (NEGRELOS, 2005).

Daí meu interesse em compartilhar com os leitores da revista V!RUS a reflexão do dilema em torno das contradições do urbanismo e suas vinculações com os interesses do capital. Logo, uma região relegada por décadas à construção popular pelo árduo esforço próprio e pelas inúmeras reivindicações ao poder público por melhorias e infraestrutura assiste à elaboração

de novos planos, projetos e intervenções urbanas, com o capital notando as potencialidades de investimentos a partir de grandes obras. Inclusive hoje vinculadas ao evento esportivo internacional do Mundial de Futebol, mediante a construção do estádio paulistano que sediará o encontro.

Perguntamos: como a operação urbana do estádio foi aprovada há seis anos e suas obras de infraestrutura não foram executadas, quem fica e quem sai da região, se realmente o capital imobiliário, o industrial e o do terciário se interessarem em fortes investimentos na região? E o Estado novamente atuará como propulsor dos investimentos, aplicando recursos públicos para, posteriormente, os privados investirem onde o lucro é certo? Quais as "sobras" para a população que construiu a região, sofrendo em extensivos loteamentos periféricos e marcada pelo estigma da "ZL"?

Essas "sobras" podem ser externalidades positivas para moradores e trabalhadores da Zona Leste da Região Metropolitana e, principalmente, do município, uma vez que aí estão implantadas linhas de metrô e trem, funcionais à completa implantação da Avenida Jacú-Pêssego. A hegemonia do viário se confirma nesse Grande Projeto Urbano, combinando planejamento, gestão, estratégia e projetos variados, reafirmando o rodoviarismo como eixo de planejamento. Da mesma forma, o caráter "gentrificador" e de mudança de padrão socioeconômico na região é um efeito que se confirmará. Os expedientes de "reconversão" econômica e territorial utilizados por muitas cidades ricas são, na maior parte das vezes, acompanhados de ações que excluem a população mais pobre, em um processo mais amplo, que vem considerando São Paulo como uma das poucas "cidades globais" da América Latina. Em oposição a essa visão, considero apropriado pensar São Paulo como uma cidade localizada hierarquicamente em um fenômeno mundial, no qual "... há excedente (latente) de homens e de riquezas (apesar das guerras), porque o processo massivo separa as pessoas das riquezas." (LEFEBVRE, 1999: 144).

No processo de reconversão hierarquizado no interior da macrometrópole (NEGRELLOS, 2005), fragmentado do ponto de vista sócio-territorial, São Paulo vem sendo suporte, como centro da sua região metropolitana e da macrometrópole, de projetos idealizados com o objetivo de remodelação de grandes áreas degradadas, expulsando a população (como as operações urbanas na zona sudoeste). Ainda que alguns projetos (como os do Programa Guarapiranga, por exemplo, que inclui a modalidade da "reurbanização de favelas" em áreas de mananciais com implantação de equipamentos de lazer, ao lado de obras estruturais, medidas institucionais e educação ambiental) sejam sensíveis com populações que vivem em condição de fragilidade socioambiental (FILARDO, 2004: 256). (Figura 2)



Figura 2: Foto aérea com simulação de projeto especial de parque linear com habitação, a partir de remodelação de área atualmente ocupada por assentamento popular. Fonte: PMSP, 2004.

O objetivo do programa e da operação analisada é o de “mudar a região pelo desenvolvimento econômico”, através de: “Atração de investimentos, Empregos e ocupações de qualidade, Formação de recursos humanos e de pesquisa, Integração com a metrópole”, segundo os documentos utilizados na tese. Com ela, aparece articulada a idéia de que a Zona Leste é o centro da RMSP, com 32.680 ha (326,8 km²), 22% da área do MSP, com 3,3 milhões de habitantes, 1/3 da população do município de São Paulo. É importante indicar a escala do empreendimento constituído pela operação urbana com cerca de 7.760 ha (77,6 km²), em um município com 1.509 km² e a região metropolitana com aproximadamente 8.051km², 2.139km² urbanizados e cerca de 17.800.000 habitantes (IBGE/2000).

Ausente no estudo original que embasou a operação e que segue sem consideração é a análise de impactos como a (super) valorização do solo urbano e seus efeitos sobre a expulsão da população já assentada. E também não foi medida a possibilidade de ocorrer um processo de segregação territorial, nem tampouco um estudo sobre o mercado imobiliário. Essa ação é necessária para prever a possibilidade de mapear, pensando em adquirir, uma “reserva de solo”, para que o poder público pudesse controlar e regular os processos de ocupação urbana territorial, produzindo assentamentos necessários à viabilização sócio-territorial do empreendimento (ex.: novos bairros para população de baixa renda reassentada), uma vez que é inevitável a elevação dos preços da terra na área de influência da operação urbana.

Houve o congelamento das três leis referidas já no início da nova gestão municipal em 2005, e recentemente a PMSP procedeu à licitação para a extensão da Avenida Nova Trabalhadores até o limite com o município de Mauá, reforçando a importância do componente viário para a atuação pública na região.

Com a divulgação da escolha do sítio do Sport Clube Corinthians Paulista (fruto de concessão pública) para a construção do estádio sede da Copa do Mundo de 2014, reabrem-se as discussões sobre a necessária infraestrutura da região e sua capacidade de suporte para um evento desse porte. Esse dilema, já vivido por diversas cidades em todo o mundo por ocasião de eventos internacionais, está instalado agora no Brasil e a Zona Leste já passa por um processo de valorização imobiliária feroz que, inclusive, está sendo aproveitado pela própria população de baixa renda dando margem a processos especulativos que podem ocasionar mais exclusão e adensamento da periferia metropolitana.

(Arquivo com entrevista à CBN)

Arquivo com entrevista que concedi a Radio CBN em 01/09/2010, sobre os impactos relativos a essa obra, completando a reflexão atual sobre as duas faces de um mesmo processo: valorização territorial/segregação social.

Referências

FILARDO, Angelo S. (2004). Externalidade e gestão dos valores do ambiente: considerações teóricas e uma aplicação ao caso do Programa Guarapiranga (1991-2000). São Paulo: FAU-USP, Tese de Doutorado.

LEFEBVRE, Henri (1999). A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A.

NEGRELOS, Eulalia P. (2005). Técnica e Estratégia Política. Grandes Projetos Urbanos na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: FAU-USP, Tese de Doutorado.

PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo (2004). Programa de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste. Projetos de lei, abril, CD-rom.